

OS IMPACTOS DAS DESCARACTERIZAÇÕES NA APREENSÃO DOS VALORES DE UM BEM PATRIMONIAL: O CASO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO LUÍS/MA

DISFIGUREMENTS IMPACTS IN THE PERCEPTION OF CAPITAL ASSET'S VALUES: THE CASE OF SÃO LUÍS ARCHITECTURAL AND LANDSCAPE COMPLEX IN MARANHÃO

Ellis Monteiro dos Santos Pacheco¹
Danielle Faccin²

RESUMO

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís no Maranhão está protegido nas esferas municipal, estadual e federal, além de integrar a lista do Patrimônio Mundial da Unesco. A conservação e a preservação das características arquitetônicas de seus bens edificados são fundamentais para a apreensão dos valores urbanos e paisagísticos pelos quais é reconhecido. A partir de um levantamento de campo realizado em 2014 e 2019, observou-se as características de fachada e volumetria das edificações localizadas nas ruas Santo Antônio, da Palma, Portugal, 14 de julho e Osvaldo Cruz (Rua Grande), selecionadas por representarem a variedade de usos e tipologias arquitetônicas presentes em todo o conjunto protegido. Neste levantamento, identificaram-se as descaracterizações sofridas pelos imóveis e buscou-se compreender os impactos dessas intervenções na apreensão primeira da imagem do conjunto tombado. Constatou-se, também, que tais intervenções descaracterizantes foram, muitas vezes, realizadas no intuito de melhor adaptar-se os imóveis ao uso e às necessidades contemporâneas. Com base nesta análise, por último, procurou-se apontar alguns desafios a serem enfrentados na gestão desse conjunto protegido, de forma a equilibrar as dinâmicas entre o uso e a adaptação dos imóveis, visando garantir a preservação dos valores do Centro Histórico de São Luís.

Palavras-chave: Intervenção. Preservação. Gestão.

ABSTRACT

São Luís Architectural and Landscape Complex, located in Maranhão, is protected at municipal, state and federal levels, and is part of UNESCO's World Heritage List. The conser-

1 Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN-PEP/MP). Arquiteta e Urbanista (UFSC).

2 Técnico I – Arquitetura e Urbanismo (IPHAN/MA). Mestre em Preservação do Patrimônio Arquitetônico (UPV) e Mestre em Ciências Sociais (UFSM). Arquiteta e Urbanista (UFSM).

vation and preservation of the asset's architectural features, built in the complex, are crucial for perceiving the urban and landscape values for which it is known. With a field survey conducted in 2014 and 2019, facade and volumetric features were found in the buildings located on the streets Santo Antônio, Da Palma, Portugal, 14 de Julho and Osvaldo Cruz (mostly known as 'Rua Grande'), which were chosen for depicting the great variety of architectural usages and typologies prevalent in the whole protected complex. This survey identified that the properties underwent disfigurements, and aimed at understanding these interventions impacts in the first image perception of the complex listed as historic site. Likewise, it was possible to determine that these misrepresenting interventions have been often performed in an attempt to better adapt the buildings to present-day needs and usages. Finally, based on this analysis, some challenges that need to be faced in the protected complex management are mentioned in order to balance the activities between the buildings' usage and customization with the intent of assuring the preservation of São Luís Historic Center's values.

Keywords: Intervention. Preservation. Management.

INTRODUÇÃO

Construído sobre um terreno elevado no encontro entre os rios Bacanga e Anil, está o Centro Histórico de São Luís originado da ocupação francesa em 1612. Posteriormente, sob o domínio português, ali tomou forma uma nova cidade colonial sobre um traçado urbano ortogonal, no sentido norte-sul, de acordo com o projeto do primeiro Engenheiro-Mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita. Sobre esta malha, principalmente nos séculos XVIII e XIX, se expandiu a ocupação urbana formada, predominantemente, por edifícios representativos da arquitetura civil, os quais se mesclaram com alguns exemplares de tipologia religiosa e, mais tarde, com imóveis de carácter oficial de estilo neoclássico ou eclético (IPHAN, 2007). Os exemplares arquitetônicos remanescentes do período de ocupação portuguesa que atualmente observamos no Centro Histórico de São Luís são, portanto, resultado do rico período econômico que a cidade atravessou e refletem a forma de ocupação e aproveitamento dos lotes determinados pelo traçado urbano regulador imposto pelo plano de Frias de Mesquita com as adaptações necessárias ao clima e estilo de vida da Colônia (SILVA FILHO, 1998).

Neste assentamento urbano as edificações, principalmente de uso residencial e comercial, foram implantadas sobre a testada e os limites laterais dos lotes com partido retangular, em “L”, “C”, “U” ou “O”. Para cada partido observamos variações de tipologia, sendo a mais simples a porta-e-janela, seguindo-se a meia-morada, a 3/4 de morada, a morada-inteira, a morada-e-meia, a casa térrea de comércio e os sobrados de dois até quatro pavimentos (de uso misto ou não), tendo como variante de todas elas a possibilidade de apresentar parão e/ou mirante (SILVA FILHO, 1998, p. 45).

A todos estes tipos tradicionais presentes no conjunto também se soma a casa de porão alto, resultado da transição para o ecletismo (REIS FILHO, 1978).

Em relação à volumetria dos imóveis é possível perceber a direta correspondência entre as plantas e a distribuição das águas da cobertura, diferenciando-se em edificações de centro de quadra, esquina e isoladas e quadra inteira (Figura 1). Sobre as coberturas, cabe destacar que sua estrutura articulada com robustas peças de madeira e arrematadas com telhas de barro têm suas águas projetadas para o interior do lote ou para a rua, nunca para o lote vizinho, reforçando a uniformidade característica da paisagem do Centro Histórico de São Luís (SILVA, 2010, p. 79).

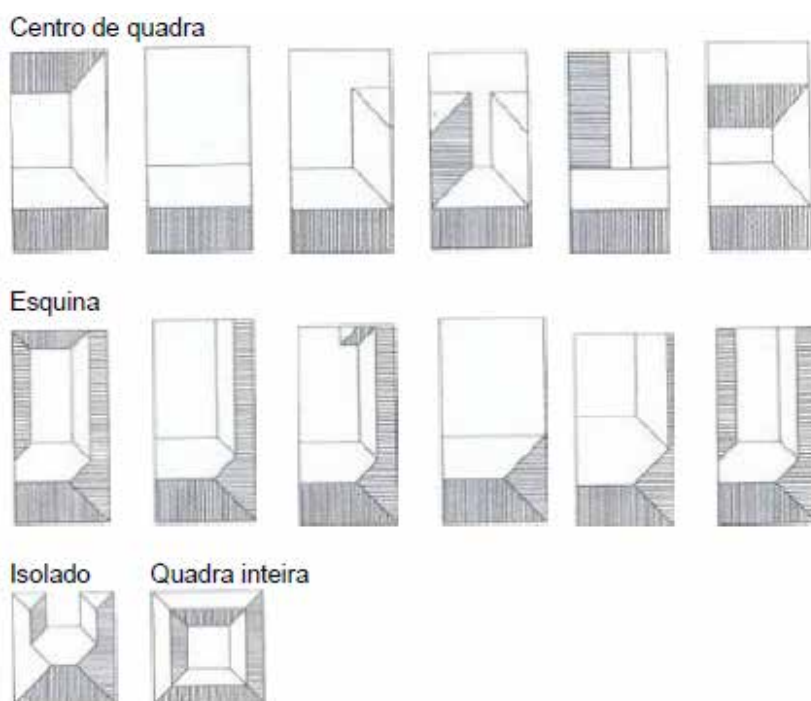


Figura 1 – Esquema geral dos telhados. (Fonte: SILVA, 2010, p. 89).

As fachadas voltadas para a rua são caracterizadas pela predominância de cheios sobre os vazios, apresentando acabamento em argamassa e pintura ou revestimento de painéis de azulejos (o que conferiu um dos apelidos pela qual São Luís é conhecida: “cidade dos azulejos”). Por outro lado, as fachadas voltadas para o interior do lote abrem-se para uma área livre com quintal, jardim ou horta e apresentam-se leves e vazadas. É comum a presença de varandas na transição entre os compartimentos internos e o

espaço não coberto, sendo estas geralmente abertas nos térreos e fechadas com painéis de esquadrias de madeira venezianada e vidro nos pavimentos superiores. Esse contraste entre uma fachada tectônica marcando o ritmo da rua e uma fachada estruturalmente leve voltada para o interior do lote é uma das principais características da arquitetura civil em São Luís, muito bem retratada por Silva Filho (1998, p. 52) quando este expõe que “na frente, as esquadrias estão nas paredes” e “nos fundos, as paredes são as esquadrias”.

Assim, enquanto os fundos apresentam uma composição mais informal e menos rígida, na fachada frontal (Figura 2) os vãos apresentam dimensões regulares, prumada constante e vergas niveladas, salvo em casos em que se dá um destaque especial ao vão de acesso principal do edifício. As frentes não apresentam saliências ou reentrâncias, “excetos os resultantes dos beirais, das sacadas, das portadas e das guarnições dos vãos e das quinas, que se apresentam em cantaria ou em massa” (SILVA FILHO, 1998, p. 51). Os vãos, por sua vez, apresentam geralmente verga reta ou em arco abatido e, posteriormente, com a influência do neoclassicismo no Brasil, passam a apresentar verga em arco pleno (REIS FILHO, 1978). Além desses, observam-se arcos ogivais em menor ocorrência. Nos pavimentos superiores, janelas rasgadas ou de peitoril seguem o mesmo alinhamento dos vãos do térreo, podendo apresentar ou não a mesma composição de cercadura. Quando rasgadas, as janelas abrem-se para balcões sacados com bacia em cantaria, individuais ou corridos, ou apresentam gradis entalados. Ainda podem ser observados óculos nas fachadas, nos pavimentos superiores ou no nível do assoalho, em formatos circulares, retangulares ou ovais, guarnecidos por gradis de ferro.



Figura 2 – Exemplos de composição de fachadas e disposição de vãos em imóveis tradicionais do Centro Histórico de São Luís. (Fonte: acervo de Danielle Faccin, 2019)

A manutenção das características da cidade colonial descrita é resultado, em parte, do período de estagnação econômica pelo qual São Luís passou no início do século XX. Contudo, ainda em meados da mesma centúria as pressões do crescimento e o anseio pela modernidade começam a pôr em risco a preservação deste sítio urbano, chamando a atenção do então nascente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Após alguns tombamentos de edificações isoladas de São Luís entre os anos 1939 e 1950, o SPHAN inicia estudos para o tombamento de conjuntos do Centro Histórico da capital maranhense, tendo como objetivo preservar o conjunto arquitetônico de características singulares da cidade, de acordo com o caráter de excepcionalidade prescrito no Decreto-lei nº 25 (BRASIL, 1937). Assim, foram tombados quatro conjuntos arquitetônicos localizados na área do Centro Histórico de São Luís na década de 1950. Em 1974, as ações de tombamento foram ampliadas, somando aos três conjuntos acautelados anteriormente (Conjunto da Praça João Francisco Lisboa e Largo

do Carmo, da Praça Benedito e do largo fronteiro à Igreja do Desterro) as áreas referentes aos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, em um tombamento de nível federal maior conformando o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 1997 o Centro Histórico de São Luís foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, por apresentar-se como um testemunho excepcional da civilização colonial portuguesa e um modelo notável dessa ocupação adaptada às condições climáticas equatoriais, além de um exemplo relevante de cidade que preservou seu tecido urbano harmoniosamente integrado em seu ambiente natural (UNESCO, 1997). A área urbana considerada pela Unesco como Patrimônio Mundial coincide, integralmente, com o traçado original de Frias de Mesquita ainda preservado, o qual não estava totalmente considerado no tombamento federal. Isto levou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) à elaboração de um processo para rerratificação do perímetro tombado, com o objetivo de igualar a área tutelada em nível federal àquela inscrita pela Unesco (IPHAN, 2007). Neste processo, finalizado em 2013, somou-se o reconhecimento da importância do valor de composição urbanística do assentamento, passando o bem tombado a chamar-se Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís (BRASIL, 2013).

No entanto, ainda que tenham sido atribuídos valores às arquiteturas históricas ludovicenses por meio do seu reconhecimento nacional e internacional como patrimônio, não se inibiu a realização de intervenções descaracterizantes nos elementos que compõem as fachadas, as coberturas e volumetrias das edificações deste conjunto. Tendo esta problemática como pano de fundo, neste artigo retomamos a discussão de um fragmento desenvolvido no estudo de Pacheco (2014), buscando compreender de que forma as intervenções pontuais nas edificações impactam na apreensão de todo o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís. Como nos lembra Bruno Zevi (2009, p. 25) a experiência do espaço arquitetônico prolonga-se para além dos edifícios, alcançando os espaços da cidade, os quais são conformados e delimitados por diferentes elementos, mas que em essência são os mesmos que distinguem o espaço arquitetônico. Nesse sentido, estudar as fachadas dos edifícios é importante, não só como parte daquilo que conforma cada uma das arquiteturas, mas como parte do que forma o espaço urbanístico, sendo que as alterações naquelas influenciam a qualidade da apreensão deste.

1 Método

O principal motivador da preservação patrimonial é a transmissão dos Bens culturais para as gerações futuras, ideia preconizada no preâmbulo da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). E para isso, é fundamental identificar, atribuir e difundir os valores essenciais destes Bens, que no caso específico do patrimônio arquitetônico podem incluir as variantes documental, artística e significativa, conforme demonstra González Moreno-Navarro (1999). Segundo este autor, o valor documental está vinculado com a capacidade de um Bem falar de si mesmo ou sobre seu passado, além de testemunhar e evocar episódios deste tempo. Já o valor artístico (ou arquitetônico) consiste nos traços definidores do Bem, como a beleza formal e espacial, a racionalidade construtiva, a inserção na trama urbana, a eficácia em relação ao uso e a transmissão de mensagens. Por último, o valor simbólico está vinculado à significação coletiva do Bem em referência ao passado e ao presente. Portanto, é a leitura clara destes valores que permite a apreensão daquilo que é autêntico ao Bem e que, por consequência, motiva sua preservação e reconhecimento como patrimônio. Assim, intervenções que descaracterizam os imóveis provocam impactos na eficácia da transmissão de suas características, significados e memórias deturpando, em alguma medida, a apreensão dos valores essenciais desses Bens.

Para compreender os impactos dessas intervenções na apreensão do conjunto tombado, tomamos como base o estudo de Pacheco (2014), realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, intitulado *“O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA”*. Neste trabalho, a autora analisa os elementos a serem considerados para a elaboração de novas diretrizes de intervenção no centro antigo de São Luís, visando a construção de uma normativa própria assentada nas características que justificaram o tombamento. Para tal, foi necessário identificar primeiramente as intervenções mais recorrentes produzidas nas edificações do conjunto tombado, o que foi realizado por meio de levantamentos e sistematização das informações coletadas no Arquivo Geral da Superintendência do IPHAN/MA e em campo a fim de, posteriormente, traçar um paralelo entre as solicitações analisadas nos processos e ações identificadas nas ruas.

Como suporte teórico para orientar os levantamentos das ações nas edificações e, posteriormente, analisar as informações coletadas tomamos como definição de ‘intervenção’ e ‘conservação’ os conceitos dispostos no artigo 3º, inciso I e II, respectivamente, da Portaria nº 420 de 22 de dezembro de 2010:

I – Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da área de entorno, tais como serviços de manutenção, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

II – Conservação: conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem (IPHAN, 2010)

No levantamento das intervenções descaracterizantes do Centro Histórico de São Luís realizado *in loco* no ano de 2013 foi adotada a delimitação da área em ‘Percursos’ representativos do conjunto definidos a partir das variações tipológicas arquitetônicas associadas aos usos das edificações (Figura 3), onde foram analisadas as faces de quadra. Esse procedimento foi aplicado com a finalidade de viabilizar a leitura e compreensão da rua na condição de pedestre, o que seria impossível se esta investigação ficasse limitada ao perímetro das quadras. Com isso foram definidos quatro percursos:

- a. *Percurso 1 – Rua da Palma*: localizada ao sul do perímetro tombado, esta rua se caracteriza pela presença majoritária de residências unifamiliares, em edificações de tipologia porta-janela e meia morada; em alguns casos, a ocupação no pavimento térreo é feita por pequeno comércio/serviço e no pavimento superior com residência.
- b. *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho*: dividido em três partes, com ruas de mesmo tipo de uso predominante – institucional – e de tipologia arquitetônica – sobrado de três pavimentos –, alguns dos quais são revestidos com azulejos portugueses. Este percurso está inserido em uma área considerada como o primeiro núcleo urbano de São Luís.
- c. *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)*: localizada ao leste do perímetro tombado, próximo ao limite da poligonal. Lá é possível verificar maior frequência do uso comercial, estabelecido em edificações com tipologia predominantemente de sobrado de dois pavimentos com suas características arquitetônicas já alteradas, porém.
- d. *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio*: localizado à nordeste, próximo à Praça Antônio Lobo, onde está situado o Convento Santo Antônio. O trajeto é marcado pela presença de imóveis com uso residencial unifamiliar em edificações que variam seu gabarito entre um e dois

pavimentos, predominando as tipologias de pequeno porte, como porta e janela, meia morada e morada inteira.



Percurso 1 - Rua da Palma



Percurso 2 - Rua Portugal



Percurso 2 - Rua do Giz



Percurso 2 - Rua 14 de Julho



Percurso 3 - Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)



Percurso 4 - Rua Santo Antônio

Figura 3 – Imagens ilustrativas dos percursos. (Fonte: acervo de Ellis Monteiro dos Santos Pacheco e Danielle Faccin)

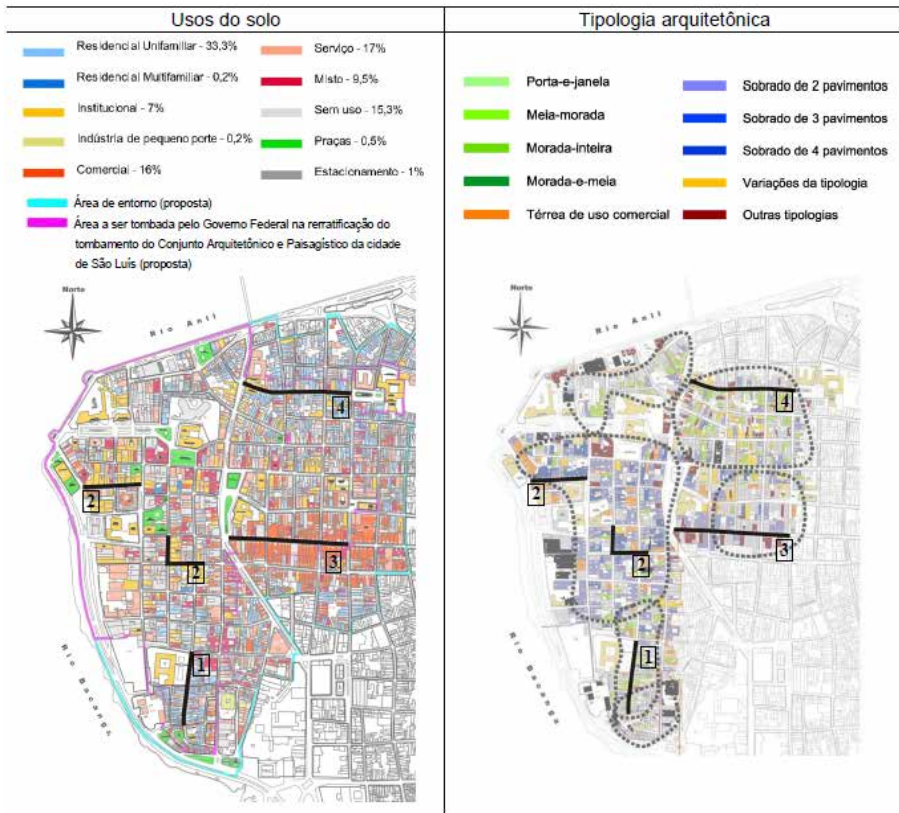


Figura 4 – Mapas representativos dos trajetos estabelecidos para estudo.
(Fonte: IPHAN, 2007 e CARDOSO, 2012, respectivamente)

Este trabalho de levantamento apontou vários impactos produzidos por intervenções descaracterizantes nos imóveis do Centro Histórico da capital maranhense. Contudo, como posteriormente não se deu prosseguimento institucional no trabalho de construção da normativa de preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís, coube a realização de um levantamento atualizado destas intervenções visando a retomada desse propósito maior.

O novo levantamento de campo foi realizado neste ano de 2019 e repetiu a metodologia que gerou a análise empreendida entre 2013 e 2014. Foram, então, realizados os mesmos percursos, abrangendo o levantamento de dados em 185 imóveis, sendo 45 no *Percurso 1*, 48 no *Percurso 2*, 44 no *Percurso 3* e 48 no *Percurso 4*. Trata-se, portanto, de uma amostra de 13,71% do total dos 1.349 imóveis que estão inseridos na poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís.

Neste último levantamento, buscou-se analisar de maneira mais pormenorizada as descaracterizações presentes em cada imóvel dos quatro percursos, quantificando-as. A coleta de dados foi focada nas intervenções presentes nos imóveis que são facilmente observáveis por qualquer transeunte que se desloque pelos percursos, ou seja, restringiu-se ao que é possível observar numa apreensão primeira da imagem dos imóveis que compõem o conjunto tombado. Portanto, é possível que existam outras descaracterizações que não foram levantadas neste trabalho de campo por não serem visíveis do nível da rua, mas que podem ser perceptíveis a partir de outros pontos de visada, o que exigiria um levantamento mais detalhado para cada imóvel.

Por fim, além de identificar os tipos de descaracterizações presentes nas fachadas e volumetrias dos imóveis, o levantamento de campo também permitiu qualificar as intervenções descaracterizantes segundo os critérios abaixo:

- a. de FÁCIL reversão, naqueles casos em é possível a simples retirada do elemento perturbador ou a realização de pequenos serviços sem alterar a conformação do imóvel, como por exemplo, aplicar uma nova pintura sobre a fachada;
- b. de MODERADA dificuldade de reversão, quando exige a execução de pequenas obras para a retirada de revestimentos de fachada inadequados ou para a colocação de novos elementos e instalações em substituição aos retirados que eram descaracterizantes, como vão emparedados, esquadrias e quadros medidores de energia elétrica;
- c. de DIFÍCIL reversão, quando exigem a realização de obras que intervenham sobre a composição formal e o sistema construtivo do imóvel para atingir a recomposição desejada, como os casos de marquises, vãos alargados e alterações volumétricas. Tratam-se de reversões mais dispendiosas e, muitas vezes, sobre intervenções já consolidadas.

2 Resultados

Com o trabalho de campo realizado na área de tombamento federal do Centro Histórico de São Luís e posterior análise efetuada entre 2013 e 2014, foram identificadas distintas categorias de interferências incidentes sobre as edificações do conjunto situadas nos *Percursos 1, 2, 3 e 4*, as quais foram classificadas conforme demonstrado a seguir:

- a. *Estado de conservação dos imóveis*, considerando a presença de crescimento de vegetação daninha na fachada ou cobertura, vestígios de umidade e infiltrações, presença de vidros quebrados, perda de elementos decorativos e demais aspectos que configurem falta de manutenção no imóvel deturpando sua aparência.
- b. *Alteração dos vãos e esquadrias dos imóveis*, seja com a modificação do material utilizado tradicionalmente, aplicação de pintura ou película nos vidros, alteração do tipo de funcionamento, vedação ou alargamento dos vãos de portas ou janelas, além de mudanças nas configurações das bandeiras existentes.
- c. *Presença de elementos perturbadores no imóvel*, tais como aparelhos condicionadores de ar, grades e telas nos vãos, calhas e dutos de canalização de águas pluviais, toldos e engenhos publicitários em cor, material, quantidade e dimensões inadequadas, cabeamento e dutos de instalações elétricas, telefônicas e de lógica aparentes, antenas, cercas elétricas e demais elementos acoplados nas fachadas ou coberturas que são de fácil remoção.
- d. *Presença de elementos descaracterizantes no imóvel*, entendidos como aqueles que passaram a fazer parte da composição dos imóveis, seja como elementos estruturais, seja como revestimentos, tais como marquises, assentamento de azulejos industriais ou revestimento com pedras ornamentais.
- e. *Pintura descaracterizante*, em relação à aplicação de cores em desacordo com as diretrizes praticadas nas fachadas dos imóveis da área tombada.
- f. *Aparência de desmembramento ou unificação de imóveis*, por meio da aplicação de cores de pintura e revestimentos distintos para subdividir uma mesma fachada, ou então, aplicação de um mesmo tratamento de fachada em imóveis adjacentes, limitando a compreensão de cada unidade imobiliária.
- g. *Acessibilidade*, quanto à presença da inserção de escadas, degraus ou rampas para favorecer o acesso aos imóveis, geralmente construídos sobre o passeio público, o que, por outro lado, dificulta o deslocamento dos pedestres e cadeirantes.
- h. *Acréscimos*, referente à inserção de novas construções no lote ou à ampliação da própria edificação, alterando sua volumetria.
- i. *Elementos perturbadores urbanos*, tais como posteamento, cabeamento, iluminação pública, mobiliário urbano, bancas e tendas, caixas de som e comércio ambulante.

Estas categorias foram identificadas com maior ou menor frequência dependendo do percurso analisado em 2013-2014, sendo o *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho* – o que apresentou menos interferências na leitura da arquitetura dos imóveis, assim como, na apreensão das características tradicionais das faces de quadra, incidindo apenas as categorias de estado de conservação, alteração de esquadrias e presença de elementos perturbadores. Por outro lado, o *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* – foi o que apresentou a incidência de todas as categorias de interferências identificadas neste estudo. Já no *Percurso 1 – Rua da Palma* –, foi constatado que não incidia interferência de elementos perturbadores urbanos, e no *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio* –, não se observou a interferência relativa à aparência de desmembramento ou unificação dos imóveis, sendo todas as demais observáveis ao longo destes dois últimos trajetos.

Ao relacionar as categorias de interferências incidentes sobre os imóveis com os usos existentes nos quatro percursos estudados, foi constatado que o uso da edificação favorece seu estado de conservação, pois reflete-se na observância de medidas de manutenção periódica. Entretanto, o uso também leva os ocupantes dos imóveis a fazerem adaptações naquelas arquiteturas históricas para comportar necessidades da vida contemporânea, e estas nem sempre são compatíveis com as características da edificação a serem preservadas. Por exemplo, vãos de porta são alargados para comportar entradas de garagem ou aumentar vitrines de lojas, aparelhos de ar condicionado projetam-se sobre as fachadas, cercas elétricas e antenas elevam-se sobre as coberturas, vidros são acoplados ao exterior dos vãos para garantir entrada de luz e evitar a saída da climatização artificial dos ambientes internos, grades são instaladas externamente nos vãos para aumentar a sensação de segurança nos imóveis, engenhos publicitários ganham grandes dimensões e iluminação para competir pela atenção dos pedestres nas ruas de comércio.

No caso específico do uso institucional, muito frequente no *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho* –, a experiência do campo apon- tou uma influência negativa na fruição e vivência do espaço público, na medida em que, costumeiramente, nestas edificações os vãos de porta do pavimento térreo permanecem fechados, obstruídos pela presença de vidros, películas, mobiliário e outras formas de vedação, ficando aberta apenas a porta principal. Trata-se de uma forma de ocupar o imóvel que destoa do que era o funcionamento tradicional da edificação, quando todas as portas ficavam abertas para a rua porque os térreos comportavam espaços de comércio. Na prática, isso atualmente reverbera na limitação da interação entre os que ocupam os imóveis e os que transitam na rua, reduzindo substancialmente a visibilidade entre espaço interior e exterior. Nesta situação

em que se limita a atuação dos “olhos da rua”, como demonstrado por Jane Jacobs (2011), a sensação de insegurança acaba sendo favorecida para aqueles que transitam pela rua.

Já no caso do uso comercial, muito presente no *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* –, notou-se a subutilização do pavimento superior das edificações, geralmente utilizado como depósito de mercadorias dos comércios estabelecidos no térreo do imóvel. Neste caso, se observou que as janelas do pavimento superior permanecem fechadas, quando não vedadas, impedindo a relação visual com os logradouros públicos e prejudicando a ventilação e iluminação natural dos ambientes, o que cria condições favoráveis para o desenvolvimento de mofo e insetos xilófagos afetando diretamente a conservação dos imóveis.

Ainda sobre o uso comercial, os pavimentos térreos são os que apresentaram maior descaracterização em relação à arquitetura original. Embora esse uso faça parte da composição original de muitos imóveis da área, o modo de expor os produtos e vincular a publicidade de uma loja já não são os mesmos do passado e é perceptível a intenção de levar ao centro histórico o mesmo padrão de estabelecimento comercial existente em outras partes da cidade, com grandes vitrines envidraçadas e painéis publicitários chamativos e luminosos. A alteração de vãos de porta do térreo para a criação das vitrines e largos acessos às lojas é uma realidade cuja tendência já era observada antes mesmo do tombamento do conjunto, conforme está registrado em documentos na metade do século XX (IPHAN, 2007). Outra situação são as demarcações nas fachadas de um mesmo imóvel através de pinturas e aplicação de revestimentos acrílicos ou cerâmicos para diferenciar unidades comerciais, desconsiderando a unidade da edificação.

No uso residencial, predominante no *Percurso 1 – Rua da Palma* e no *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio*, é notória a interferência causada pela instalação de grades nos vãos das fachadas, como medida paliativa para conferir maior segurança aos moradores da área. Também é frequente a descaracterização causada pelo alargamento de vãos para comportar garagens nos imóveis e as alterações volumétricas que aumentam a edificação em planta ou em altura.

De maneira geral, pode-se constatar que os elementos arquitetônicos mais afetados pelas intervenções descaracterizantes nos quatro percursos estudados foram os vãos e esquadrias de fachada. Foi possível identificar como intervenções mais recorrentes nestes casos o alargamento dos vãos, abertura de novos vãos, o fechamento/emparedamento de vãos, a substituição de esquadrias, a alteração de função das esquadrias e a alteração de material.

O levantamento de campo realizado nestes mesmos percursos no ano de 2019 demonstrou que a configuração geral da problemática analisada entre 2013 e 2014 não apresentou grandes variações. Ou seja, foi observada a incidência basicamente das mesmas categorias de interferências descaracterizantes sobre os imóveis e, conseqüentemente, sobre a leitura do conjunto tombado. Cabe salientar que no último trabalho de campo a coleta de dados concentrou-se nas intervenções diretamente realizadas sobre as fachadas e volumetrias e que são observáveis do nível da rua, não sendo levantadas questões referentes ao estado de conservação do imóvel, acessibilidade e elementos perturbadores urbanos.

Na categoria “alteração dos vãos e esquadrias” foram identificadas intervenções de vãos vedados, vãos com dimensões alteradas, presença de portas de enrolar, fechamento de vãos com placas de vidro e alteração de modelos de esquadrias. Já como “elementos perturbadores no imóvel”, foram levantadas a presença de grades, calhas e dutos em PVC, quadros medidores de energia elétrica, cercas elétricas, toldos, engenhos publicitários fora do padrão, adesivos e películas em vidros, aparelhos de ar condicionado e câmeras de vigilância. Para “elementos descaracterizantes” foi constatada a presença de revestimentos cerâmicos e em pedra inadequados, além da inserção de marquises. Em “pintura descaracterizante”, observou-se a aplicação de cores em desacordo com as diretrizes estipuladas para a área e a presença de grafites ou pichações. Como categoria de “aparência de desmembramento ou unificação de imóveis” foram constatados casos de pintura irregular e na categoria “acréscimos”, as intervenções foram de alteração de volumetria dos imóveis. Dessa forma, foram identificados 22 tipos de intervenções distintos atuando sobre a leitura da arquitetura dos imóveis do conjunto nestes quatro percursos estudados.

Como pode ser visualizado na Tabela 1, foram contabilizadas 389 intervenções descaracterizantes em um total de 185 imóveis analisados. Apenas 32 imóveis deste universo estudado não apresentaram nenhuma intervenção descaracterizante, levando a um percentual de 82,70% dos imóveis contendo, pelo menos, uma intervenção que interfere pontualmente na apreensão de seus valores patrimoniais. O tipo de interferência com maior incidência é a instalação de grades, com 85 ocorrências que alcançam o considerável percentual de 21,85% das intervenções levantadas. Em sequência, destacam-se 56 casos de revestimento cerâmico industrial em fachadas (14,40%), 53 casos de vãos com dimensões alteradas (13,62%) e 42 casos de inserção de portas de enrolar (10,80%).

Esse somatório de interferências repercute em impactos no conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís, destacando-se como prin-

ciais problemas: a) a descontinuidade da leitura de conjunto – tanto da composição individual de cada edificação, quanto da relação entre os imóveis –; b) os prejuízos na apreensão da harmonia, ritmo, proporção, composição cromática e volumétrica do conjunto; c) a obstrução total ou parcial da visibilidade (interior/exterior); e d) os impactos na preservação e conservação desses bens materiais, perdendo-se parte do registro de técnicas construtivas e materiais empregados nas construções tradicionais.

Muitas vezes realizadas sem o necessário estudo prévio, avaliação e critérios, estas intervenções comprometem a preservação da autenticidade do conjunto, pois interferem na apreensão de seus valores arquitetônicos, documentais e significativos. E por isso mesmo, pensar na reversão das mesmas – mesmo que em alguns casos já exista a perda da matéria original dos elementos a serem recompostos –, se faz necessário para resgatar parte dos valores que motivaram o tombamento e permitir a fruição deste patrimônio às gerações futuras.

Com base neste propósito, foram qualificados os níveis de dificuldade para a reversão das intervenções descaracterizantes levantadas em campo e foi possível concluir que 12 delas podem ser consideradas de fácil reversão, 6 de moderada dificuldade de reversão, e outras 3 de difícil reversão (vide Tabela 01). Em termos de representatividade dos casos levantados, 43,96% das intervenções descaracterizantes podem ser consideradas de fácil reversão, pois poderiam ser executadas com baixo custo e em tempo rápido, sem causar lesões adicionais ao imóvel. Por outro lado, 23,14% das intervenções podem ser consideradas de difícil reversão, pois para isso seria necessária a realização de obras de maior envergadura que, inclusive, poderiam afetar os modos de uso e ocupação atuais destes imóveis. Mesmo que a grande maioria das edificações existentes apresentem mais de uma intervenção descaracterizante, estes percentuais indicam que se produziria um resultado muito positivo na redução dos impactos causados na apreensão do conjunto tombado se fossem realizados os serviços necessários para reverter os casos classificados como de fácil e moderada dificuldade, podendo-se reduzir em até 76,86% as interferências negativas sobre as fachadas e volumetrias.

Tabela 1 – Dados levantados no trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019

Intervenções descaracterizantes da arquitetura dos imóveis		Percorso 1 (Rua da Fama)	Percorso 2 (Ruas Portugal, do G2 e 14 de Julho)	Percorso 3 (Rua Oliveira Cruz)	Percorso 4 (Rua de Santo Antônio)	Total de intervenções
FÁCIL	Presença de grades	24 29,24%	12 14,12%	11 12,94%	35 44,71%	82 21,01%
	Fechamento de vão com placa de vidro	0	1 50,00%	0	1 50,00%	2 0,51%
	Fachada pintada em cor inadequada	7 43,75%	0	5 31,25%	4 25,00%	16 4,11%
	Pintura tipo grafite ou pichação	1 33,33%	2 66,67%	0	0	3 0,77%
	Fachadas divididas ou unificadas por pintura	0	1 16,67%	5 33,33%	0	6 1,54%
	Presença de dutos e calhas de PVC	1 14,29%	4 57,14%	2 28,57%	0	7 1,80%
	Presença de cerca elétrica	0	0	0	1 100%	1 0,26%
	Presença de toldos	0	0	5 100%	0	5 1,29%
	Engenho publicitário fora do padrão	2 8,00%	11 37,33%	13 44,83%	3 10,34%	29 7,49%
	Presença de adesivos e películas em vidros	0	0	1	0	1 0,26%
MODERADA	Presença de aparelhos de ar condicionado na fachada	0	2 14,29%	9 44,29%	3 21,43%	14 3,60%
	Presença de câmeras de vigilância nas fachadas	0	2 100%	0	0	2 0,51%
	Presença de vãos vedados com alvenaria	0	5 50,00%	1 10,00%	4 40,00%	10 2,57%
	Presença de portas de enrolar	4 9,52%	5 11,90%	33 78,57%	0	42 10,60%
	Revestimento decorativo de fachada em cerâmica	14 28,00%	2 3,07%	3 6,38%	37 88,07%	56 14,40%
	Revestimento decorativo de fachada em pedra	1 12,50%	0	3 37,50%	4 50,00%	8 2,06%
	Alteração de modelo de esquadria	2 50,00%	0	0	2 50,00%	4 1,06%
	Presença de quadro medidor de energia elétrica	0	0	0	8 100%	8 2,06%
	Presença de vãos de dimensões alteradas	9 18,00%	2 3,77%	37 88,01%	5 12,50%	53 13,63%
	Alteração de volumetria	5 35,71%	0	2 14,29%	7 50,00%	14 3,60%
DIFÍCIL	Presença de marquises	0 0,00%	0	22 95,65%	1 4,35%	23 5,91%
Total de intervenções descaracterizantes em fachada e volumetria observadas ao nível da rua		70 17,09%	49 12,68%	152 39,07%	118 30,33%	389 100%
Total de intervenções descaracterizantes de FÁCIL reversão		35 50,00%	35 71,43%	51 33,55%	50 42,37%	171 43,96%
Total de intervenções descaracterizantes de MODERADA dificuldade de reversão		21 50,00%	12 24,49%	40 26,32%	55 46,61%	128 32,90%
Total de intervenções descaracterizantes de DIFÍCIL reversão		14 35,00%	2 4,08%	81 52,47%	13 10,83%	90 23,14%
Total de imóveis analisados		45 24,32%	40 25,35%	44 23,70%	48 25,69%	185 100%
Imóveis sem nenhuma intervenção descaracterizante		11 24,44%	16 35,33%	2 4,55%	3 6,25%	32 17,30%
Imóveis com pelo menos uma intervenção descaracterizante		34 75,56%	32 68,67%	42 89,45%	45 93,75%	153 82,70%

Como já havia sido constatado no primeiro trabalho de campo, as intervenções descaracterizantes não se distribuem de maneira uniforme em todo o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís. Comprovou-se que alguns percursos apresentam maior índice de alterações negativas, como o *Percorso 3* com 39,07% e o *Percorso 4* com 30,33% das intervenções descaracterizantes levantadas. Nos dois casos, as intervenções observadas estão muito atreladas à dinâmica de uso dos imóveis, sendo o *Percorso 3* componente de uma região de forte comércio popular na cidade que já se encontrava com parte da arquitetura descaracterizada antes mesmo do tombamento (IPHAN, 2007), e o *Percorso 4* é de uma área de considerável ocupação residencial que foi inserida na poligonal de tombamento federal somente com o processo de rerratificação, concluído em 2013 (BRASIL, 2013). Entretanto, nos imóveis do *Percorso 4* a grande maioria das intervenções descaracterizantes são de fácil e moderada dificuldade de reversão, situação oposta ao que ocorre no *Percorso 3*, onde 40,13% das intervenções levantadas são de difícil reversão. Destaca-se, ainda, que no *Percorso 3* apenas três edificações permanecem integralmente com a composição de fachada típica dos imóveis tradicionais do Centro Histórico, com o prejuízo de que uma delas apresenta engenhos publicitários irregulares. Portanto,

acreditamos que dado o nível da descaracterização já consolidada no *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* – os esforços preservacionistas poderiam concentrar-se na diminuição da poluição visual das fachadas e na manutenção das características originais que ainda restam nelas.

O *Percurso 1*, assim como o *Percurso 4*, é de uso predominante residencial e a preocupação com a insegurança é notável nestas áreas, pois são as que concentram o maior número de intervenções relativas a aparatos de segurança dos imóveis, como as grades. Como no percurso *Percurso 4*, embora em proporção menor que neste, a maioria das intervenções descaracterizantes do *Percurso 1* podem ser consideradas de fácil e moderada dificuldade de reversão.

Melhor preservado entre todos os percursos levantados, está o *Percurso 2*, onde se destaca o uso institucional e o forte apelo turístico da área onde está concentrado. Neste percurso, é possível reverter com certa facilidade quase a totalidade das intervenções descaracterizantes, já que apenas 4,08% do total de 49 interferências são consideradas de difícil reversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, de forma global, exista um entendimento na prática institucional para orientar as atuais intervenções, a apropriação das edificações remanescentes pela população vem ocorrendo de forma a desconsiderar alguns elementos da composição arquitetônica e urbanística, imprescindíveis para a apreensão da autenticidade do conjunto tombado. Entendemos que essas intervenções, que muitas vezes tem a intenção de potencializar a função estipulada à edificação, muitas vezes desconsideram os meios e as formas de execução tradicionais, assim como o resultado dessas interferências dentro do conjunto urbano e seu impacto visual, sobretudo as perdas materiais e memoriais desse patrimônio edificado.

Os dados aqui apresentados referentes aos levantamentos das intervenções descaracterizantes nos percursos determinados são uma amostragem do reflexo de ações e comportamentos que se materializaram, em geral, no Centro Histórico de São Luís. Assim sendo, este trabalho não se encerra aqui. Julgamos necessário um levantamento em toda a área protegida que considere, além dos impactos das descaracterizações, o registro das tipologias, características e estilos arquitetônicos presentes para que, com o tempo, possamos encontrar soluções que viabilizem o uso e ocupação das edificações tradicionais remanescentes sem deixar de respeitar as características e a diversidade arquitetônica que conferem valor ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Luís do Maranhão.

No entanto, já com essa amostragem é possível traçar um perfil dos modelos de intervenções realizados nas edificações, das possibilidades de reversibilidade dessas ações e da possível estratégia de minimizar e reduzir o quadro de descaracterizações desses bens imóveis. Observou-se que mais de 4/5 dos imóveis levantados sofreram, ao menos, um tipo de intervenção descaracterizante, o que é um número bastante significativo. Ademais, os impactos provocados não se limitam apenas à cada edificação, expandindo-se sobre a leitura do conjunto, como temos frisado ao longo do texto.

Destacamos, também, que dentre os níveis de reversibilidade das intervenções classificadas (fácil, moderado e difícil) identificou-se as de fácil reversão como as mais presentes em dois dos quatro dos percursos analisados. Ainda assim, representam a maioria das ações identificadas. Dessa maneira, acreditamos que medidas mais simples articuladas pelo órgão de proteção, como uma fiscalização eficiente e focada em reverter as interferências menos complexas e um programa atuante e permanente de educação patrimonial poderiam resgatar, a curto prazo, parte significativa da imagem e da paisagem cultural do Centro Histórico de São Luís que hoje se encontra negativamente impactada. Tais medidas são de baixo custo, em comparação à implementação de projetos de restauro e recomposição que seriam necessários para reverter os casos mais difíceis, tanto para o serviço público quanto para os proprietários dos imóveis.

Dessa forma, consideramos como principais desafios para redução dos impactos das descaracterizações sobre o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís duas ações diretamente relacionadas à gestão do patrimônio. Uma delas seria uma estratégia eficiente de fiscalização e notificação dos proprietários para reversão de danos, priorizando aqueles de menor impacto financeiro, mas de grande resultado na diminuição da poluição visual das fachadas. A outra é o desenvolvimento de uma maior aproximação dos órgãos de proteção do patrimônio com a população, o que deve ocorrer de forma prioritariamente educativa, procurando desenvolver nos proprietários e usuários desses bens o sentimento de pertencimento e visando a coparticipação desses personagens na proteção, conservação e perpetuação do conjunto tombado ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo025.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 93, de 29 de outubro de 2013. Homologa a rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís, Estado do Maranhão. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 out. 2013. Seção 1, p. 6.
- CARDOSO, Paula Paoliello. *A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA*. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Luís, 2012.
- GONZÁLEZ MORENO-NAVARRO, Antoni. *La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental)*: memoria SPAL 1993-1198. Barcelona: Diputación de Barcelona, 1999.
- ICOMOS. *Carta de Veneza*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- IPHAN. Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís. *Processo de Tombamento nº 0454-T-51* (Processão nº 01450.018038/2007-88). Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Arquivo Central do IPHAN, 2007.
- IPHAN. *Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 3 ed. São Paulo: Editora WTF Martins Fontes, 2011.
- PACHECO, Ellis Monteiro dos Santos. *O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA*. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – PEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.
- SILVA, Olavo Pereira da. *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.
- UNESCO. *Historic Centre of São Luís*: World Heritage List. 1997. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/821>>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019